

BASE AÉREA DE SANTA MARIA

Termo de Referência 143/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
143/2025	120643-BASE AÉREA DE SANTA MARIA	VINICIUS LIMEIRA MARTINS	23/12/2025 17:15 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
I - alienação e concessão de direito real de uso de bens/Concessão de direito real de uso de bens		67273.002447/2025-41

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Cessão de uso, a título oneroso, de bem imóvel da União, com área total de 1.135,56 m² (um mil cento e trinta e cinco inteiros e cinquenta e seis centésimos de metros quadrados), localizado no prédio E-054 (Prédio do Aeroclube de Santa Maria), situado no Tombo RS.027-003, sob a responsabilidade da Base Aérea de Santa Maria, situada na Faixa de Camobi, s/n, Km 12, Santa Maria - RS, CEP 97110-000. A Cessão de uso destina-se exclusivamente à operação voltada para o ensino e prática da aviação civil, do turismo e esportiva, com a finalidade de atender ao Ensino Aeronáutico para formação de Pilotos Civis, conforme os termos estabelecidos na tabela abaixo e de acordo com as condições e exigências dispostas neste instrumento nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA (MESES)	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR TOTAL DO CONTRATO
1	CESSÃO DE USO ONEROSA DE 1.135,56 m² DE ÁREA TOTAL INTERNA, NO PRÉDIO E-054 DA BASM, PARA INSTALAÇÃO DO AEROCLOUBE DE SANTA MARIA	4316	60 MESES	R\$ 2.786,41	R\$ 167.184,60

1.3. A UNIÃO é senhora e legítima possuidora da área de a ser cedida; e a área do imóvel a ser cedida se acha livre e desembaraçada de todo e qualquer ônus, judicial ou extrajudicial, hipoteca legal ou convencional ou, ainda, qualquer outro ônus real.

1.4. Em caso de divergência das informações neste Termo e aquelas previstas no CATSER do Portal de Compras Governamentais, prevalecem as informações do Termo de Referência.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados do(a) assinatura do objeto, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O objeto possui natureza de cessão de uso onerosa, não se caracterizando como contratação de serviço, sendo eventual prestação acessória meramente secundária e sem o condão de alterar a natureza jurídica do ajuste;

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A área deverá ser utilizada de acordo com a finalidade prevista, observada a sua segurança, manutenção, conservação e limpeza. Deverá ser a mesma restituída à BASM em condições de uso, ressalvadas as modificações expressamente autorizadas, as quais se incorporarão, sem quaisquer ônus, ao Patrimônio da União, findo o prazo da amortização, ao término ou rescisão do contrato

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1 A Cessão de uso, a título oneroso, tem por objetivo único a utilização da área exclusivamente para o ensino e a prática de aviação civil, de turismo e desportiva, sendo vedada a realização de outros serviços ou utilização do espaço para fins diversos ao contratado.

4.1.2 Este contrato terá vigência inicial *de 5 anos contados do(a) assinatura do objeto, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021*, havendo vantagem para a administração, ao término dos quais cessa de pleno direito todos os efeitos, independente de ato judicial ou extrajudicial.

4.1.3 A manutenção completa das dependências será de responsabilidade da CONTRATADA, que poderá consultar a fiscalização quanto às características do local.

4.1.4 A segurança e fiscalização, são de responsabilidade da CONTRATADA.

4.1.5 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

4.1.6 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.1.7 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.1.7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar a vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (55) 3220-3526 e 3220-3557.

4.1.7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.1.7.3 A Contratante considera que a necessidade de vistoria seja um complemento, na elaboração das propostas, de modo a assegurar que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

4.1.8 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.1.9 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes

4.2. A CONTRATADA deverá pagar a taxa de energia elétrica no valor equivalente ao seu consumo em KW/h, observando o seguinte:

4.2.1. O valor será reajustado, automaticamente e nos mesmos percentuais e períodos estabelecidos pelo governo federal à Concessionária local, independente de comunicação;

4.2.2. O valor correspondente à taxa mensal de energia elétrica deverá ser recolhido à CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL ao final de cada mês, prorrogável até o quinto dia útil do mês seguinte, concomitantemente à contraprestação mensal, seguindo, no que couber, os mesmos procedimentos relativos ao recolhimento dos valores da contraprestação mensal da Cessão de Uso;

4.2.3. O medidor de energia elétrica do local será fiscalizado por um eletricista do EIE - ramal 3523, junto ao Prédio E-054, em sua respectiva área. Caso a Seção de Patrimônio do EIE solicite aferição no medidor de energia elétrica, a CONTRATADA deverá pagá-lo, entregando o relatório da aferição à SPT do EIE da BASM – ramal 3520, no prazo de 60 (sessenta) dias;

4.2.4. A CONTRATADA deverá obedecer às normas relacionadas com o funcionamento da atividade e às normas de utilização do imóvel;

4.2.5. A atividade exercida pela CONTRATADA não poderá prejudicar a atividade-fim ou funcionamento da CONTRATANTE;

4.2.6. Aprovação prévia da CONTRATANTE para realização de qualquer obra de adequação ao espaço físico a ser utilizado pela CONTRATADA. NÃO SERÁ AUTORIZADA a realização de qualquer obra que modifique a fachada do prédio ou que esteja em desacordo com as características de acabamento do mesmo;

4.2.7. A CONTRATADA poderá ser submetida à Fiscalização periódica por parte da CONTRATANTE;

4.2.8. Não será permitida a concessão, sublocação ou utilização do imóvel para fim diverso do previsto neste Termo de Cessão de Uso;

4.2.9. Cessado o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, reverterá o imóvel à administração da CONTRATANTE, independentemente de ato especial. O imóvel deverá ser devolvido no estado em que foi entregue à CONTRATADA, em perfeito estado de conservação, pintado, com todas as instalações elétricas e hidráulicas em condições de uso;

4.2.10. Obriga-se a CONTRATADA a fazer, por sua própria conta, a reparação dos estragos a que der causa, consertos ou substituições;

4.2.11. Fica a CONTRATADA ciente de que não poderá fazer modificações ou transformações no imóvel sem autorização escrita da CONTRATANTE;

4.2.12. As benfeitorias realizadas pela CONTRATADA serão incorporadas ao Patrimônio da União, não cabendo qualquer espécie de indenização;

4.2.13. As benfeitorias, sob forma de construção, só poderão ser executadas se expressamente autorizadas pela autoridade administrativa sobre a qual recai a responsabilidade patrimonial da mesma, obedecidas as limitações previstas na legislação referente aos Planos de Zonas de Proteção de Aeródromos, de Helipontos e de Auxílios à Navegação Aérea e Zoneamento de Ruído;

4.2.14. Quaisquer estragos ocasionados ao imóvel e suas instalações, bem como o cumprimento de despesas que a CONTRATANTE for obrigada, por eventuais modificações feitas no imóvel pela CONTRATADA, serão cobrados administrativamente, observado o devido processo legal, ou judicialmente;

4.2.15. Obriga-se a CONTRATADA a satisfazer todas as exigências dos poderes públicos a que der causa;

4.2.16. Os empregados da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

4.2.17 A contratada deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade contidos na IN SLTI no 1, de 19 de janeiro de 2010, e Decreto no 7.746, de 5 de junho de 2012 e alterações posteriores, na execução dos serviços, naquilo que couber.

4.2.18 Deverá, também, observar o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Advocacia-Geral da União – AGU, naquilo que couber.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: partir do primeiro dia útil subsequente da assinatura do contrato;

5.2 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de Cessão de Uso Onerosa.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. Fica estabelecido que a Base Aérea de Santa Maria esta sediada na Rodovia RSC 287, KM 232, CEP: 97.108.910, Santa Maria - RS , o endereço eletrônico para contato: pregoes.basm@fab.mil.br e telefone (55)3220-3375.

6.3 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.4 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

6.5 A empresa contratada será responsável por tomar, de imediato, todas as providências necessárias quando convocada pelo órgão ou entidade contratante. Além disso, responderá por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento exercido pelo contratante, conforme dispõe o art. 120 da Lei nº 14.133 /2021. Cabe também exclusivamente à contratada a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, em conformidade com o caput do art. 121 da mesma legislação.

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.9 Após a assinatura da CESSÃO DE USO, a título ONEROSO, o órgão ou entidade convocará o representante da

empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

Fiscalização

6.10 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.11 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.12 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento deve ser realizado pela CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o término da utilização mensal, com data de vencimento a ser definida por ocasião da assinatura do contrato.
- 7.2. O pagamento será realizado diretamente à Conta Única do Tesouro Nacional (Banco do Brasil) por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), que será entregue, via e-mail, à empresa pelo fiscal de contrato.
- 7.3. A previsão dos seguintes acréscimos para as parcelas não pagas até a data do vencimento:
- 7.4. multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento); e
- 7.3.2. juros de mora equivalentes à taxa referencial do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.
- 7.5. No caso de inadimplemento por prazo superior a 180 dias consecutivos ou em até um período de 12 meses intercalados, acarretará em rescisão contratual.
- 7.5 A CONTRATADA deverá ressarcir a CONTRATANTE no valor referente ao seu consumo de energia elétrica, em Kw/h, observando o seguinte:
- 7.5.1. O valor será reajustado, automaticamente e nos mesmos percentuais e períodos estabelecidos pelo governo federal à Concessionária local, independente de comunicação.
- 7.5.2. O valor correspondente à taxa mensal de energia elétrica deverá ser recolhido à CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL ao final de cada mês, prorrogável até o quinto dia útil do mês seguinte.
- 7.5.3. O medidor de energia elétrica do local será fiscalizado por um eletricista do Esquadrão de Infraestrutura (EIE) da BASM – telefone (55) 3220-3523. Caso a Seção de Patrimônio (SPT) do EIE solicite aferição no medidor de energia elétrica, a CONTRATADA deverá pagá-lo, entregando o relatório da aferição à SPT do EIE da BASM – ramal 3525, no prazo de 30 (trinta) dias.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

Fica estabelecido o previsto no Art. 15 da Portaria GABAER Nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, anexa a este Edital, como parâmetro para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, por parte do licitante ou contratado, em contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.3. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **05 (cinco)** dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de idoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado para Cessão de uso, a título oneroso, com fundamento na hipótese do artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 - cujo critério de julgamento será o maior desconto do item (maior oferta).

9.2. Em razão da natureza jurídica de **cessão de uso onerosa**, o objeto não se enquadra como prestação de serviços nem como execução indireta de atividades. Eventuais obrigações acessórias vinculadas ao uso do bem não alteram a essência jurídica do ajuste, inexistindo vedação quanto à sua formalização.

9.3. A Cessão de uso não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9.4. Igual atitude mantém a BASM quanto à situação fiscal e tributária da CONTRATADA, sendo de sua inteira responsabilidade o pagamento dos encargos sociais e fiscais que venham a decorrer da utilização dada ao bem imóvel.

9.5 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.7 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.8 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.9 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.10 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.12 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.13 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a

filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.14 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.15 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

9.16 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 2.786,41

10.1. A memória de cálculo, os valores pesquisados e aqueles tomados como referência constam no Relatório de Avaliação sob responsabilidade da Seção de Engenharia da BASM;

10.2. A estimativa do valor mensal da Cessão de uso é de R\$ 2.786,41

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Não há despesas decorrentes da presente contratação.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Santa Maria - RS, 25 março de 2025.

CAP QOInt Vinícius Limeira Martins
Responsável